
A doação sem posses da maternidade para a (des)constituição do sujeito

The donation without possession of the maternity for the subject's (des)constitution

DOI: 10.12957/ek.2025.88423

Mariana Di Stella Piazzolla¹

Universidade de São Paulo

maridistella@gmail.com

RESUMO

O artigo propõe discutir a passagem do sujeito proprietário à subjetividade maternal na ética levinasiana, qualificada na obra *De outro modo que ser ou para lá da essência* com atributos historicamente encarnados na mãe, para revelar o nascimento do sujeito dependente da generosidade da maternidade. Ao considerar dois elementos, a transcendência ao passado imemorial e a experiência maternal, é possível retirar da subjetividade o marcador da diferença sexual que sobrecarregaria somente a mulher no exercício de seu papel: carregar o outro em sua própria pele. Trata-se de mostrar como ambos aspectos levam à heteronomia do sujeito, constituem a invisibilidade do fenômeno da gestação e da gravidez, e permitem que a lembrança do nascimento do sujeito seja sempre uma doação ao estrangeiro.

Palavras-chave

Maternidade. Emmanuel Levinas. Lisa Guenther. Fenomenologia Crítica. Ética. Passado Imemorial.

ABSTRACT

To reveal the birth of the subject dependent on the generosity of maternity, this paper proposes to discuss the transition from the owner subject to the maternal subjectivity in the Levinas' ethics, whose attributes in *Autrement qu'être ou Au-delà de l'essence* are borrowed from those historically embodied in the mother. Two elements are considered: the transcendency to the immemorial past and de maternal experience. Thereby, the mark of sexual difference is withdrawal from the subjectivity and, therefore, it's no longer burdens only in the woman carrying their role out: to bear the other in your on skin. Consequently, these both aspects lead to the heteronomy of the subject, namely, the invisibility of the phenomenon of gestation and pregnancy and, furthermore, allow that the memory of the subject's birth to be always a donation for the foreigner.

Keywords

Maternity. Emmanuel Levinas. Lisa Guenther. Critical Phenomenology. Ethics. Immemorial past.

¹ Doutoranda e mestra em Filosofia pelo Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

Emmanuel Levinas é um autor reconhecido por contribuir para a discussão de uma subjetividade ética que acolhe a alteridade radical. São dois livros principais no qual ele discorre sobre essa relação intersubjetiva: *Totalidade e Infinito* (1980), obra escrita em 1961 e *De outro modo que ser ou para lá da essência* (2011), de 1974. No entanto, as leituras que acompanham sua filosofia costumam atribuir menor importância ao papel da mulher na constituição do sujeito hospitaleiro, muitas vezes relegando a ela o significado da pluralidade.

Esse cenário vem sofrendo alterações especialmente após o crescente interesse de pesquisadoras, mas não só², em ressaltar a importância da mulher-feminino no acolhimento ao outro como condição da própria existência do sujeito. A primeira crítica feminista, salvo engano, aparece em uma nota de rodapé d' *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (1949); nesta, a autora aponta para a designação da mulher como *Outro* na filosofia levinasiana, cujo pensamento, naquela altura, ainda não tinha se detido mais especificamente na constituição de um sujeito ético³. Por isso, a atividade do acolhimento não fora alvo de seus comentários, restritos à identificação de uma alteridade feminina destituída das mesmas qualidades do homem, razão pela qual este, exclusivamente, pode transcender ao deixar de se tornar objeto.

Tal crítica, muito oportuna, será melhor desenvolvida, em seus próprios termos, por Luce Irigaray (1993) – embora ambas enfrentem contrapontos no que diz respeito ao que se entende por *absoluto* ou por radicalidade da alteridade em cada autor e autora –, à qual já me dediquei em um outro momento (Piazzolla, 2021). Ali, elegi a obra *Totalidade e Infinito*, na qual Levinas constitui um sujeito aberto ao outro a partir de um ente que frui as coisas e depois passa a se preocupar com seu futuro. Ele, então, começa a se relacionar com elas de modo diferente: trabalha sobre materiais que não lhe opõe resistência, para, sobre eles, tomar posse. Com o aumento dos resultados de seu trabalho, ele precisa de um lugar para protegê-los e estocá-los. Guarda-os, então, em sua própria casa. Podemos dizer que o que está por vir se torna uma situação limiar: ao mesmo tempo

² Podemos citar, por exemplo, a importância da leitura da mulher e do feminino na obra de Levinas para a filosofia da desconstrução de Jacques Derrida (Cf. Piazzolla, 2023).

³ O comentário de Beauvoir sobre Levinas se refere à obra *Le temps et l'autre* (Levinas, 1983), escrita antes dos textos em pauta.

em que Outrem⁴ chegará de cima buscando abrigo e indagando as suas posses, um outro *outro* – a mulher – surge anterior ao proprietário, silenciosamente – portanto sem direito à indagar qualquer mercadoria – como primeira habitante da casa, mas não proprietária⁵.

Dissertei sobre essas diferentes instâncias da alteridade e a condição que a mulher revela para que o Mesmo se liberte de suas posses, chamando-a, com Jacques Derrida (2008, pp. 60-61), de leitura androcêntrica. Ou seja, indiquei como o acolhimento pacífico do hóspede *depende* da presença ausente da mulher *antes* na morada, aquela que oferece gentilmente a organização e limpeza da habitação, a segurança dos objetos conquistados, bem como o recebimento do *ser* em vistas de sua reprodução. A seção *Fenomenologia do Eros*, que integra *Totalidade e Infinito*, permitiu-me justamente trabalhar com uma noção de maternidade passiva, na qual o sujeito despossado nasce da mulher que estabelece uma relação erótica, por vezes violenta (Irigaray, 1993, 210), com a paternidade. E apesar de ela ser a progenitora do ser ético, acaba por se tornar apenas um recipiente para o filho que, na sua designação masculina, permanece uma certa continuação do pai (Piazzolla, 2021, p. 124).

Neste artigo, gostaria de me dedicar a essa atividade considerando uma outra abordagem: pretendo tatear essa maternidade, talvez ainda um tanto androcentricamente, mas, agora, considerada “própria” da subjetividade. Isso porque na obra *De outro modo que ser ou para lá da essência*, Levinas relata a transcendência do sujeito deposto, pela chegada em sua casa de Outrem, à subjetividade que se encontra anterior num passado imemorable. Como esse movimento exige a saída do sujeito de si mesmo para carregar a internalização de Outrem no próprio corpo, o autor elege a figura da maternidade para trabalhar seus aspectos. Nos termos do próprio, um “psiquismo como um corpo maternal” (2011, p. 86).

4 Em *Totalidade e Infinito* Levinas estabelece Outrem como um absolutamente Outro, isto é, uma alteridade separada, com a qual não há complementariedade, por isso, alteridade radical que “não é simples inverso da identidade, nem uma alteridade feita de resistência ao Mesmo, uma alteridade anterior a toda iniciativa” (Levinas, 1980, ligeiramente modificado). A anterioridade aqui se relaciona à ontologia porque a relação com Outrem é metafísica, significando uma relação de transcendência na qual o Eu acolhe a expressão de Outrem, que ultrapassa qualquer pensamento que dele se possa ter. Esse extravasamento só é possível porque Outrem é Infinito.

5 Sobre uma alternativa à maneira pela qual a mulher habita a casa que não seja uma leitura androcêntrica Cf. Piazzolla, 2024a.

A transformação de um sujeito proprietário em subjetividade maternal é uma das motivações para explorar essa obra – até onde sei, menos comentadas do que outras⁶ – posta a dificuldade encontrada, por um lado, em lidar com o deslocamento a um passado imemoral e, por outro, com a experiência maternal na subjetividade ética. Essa passagem abre caminhos, desafiando certa concepção de sujeito autônomo, ao confrontá-la com sua própria constituição marcada pela diferença sexual como fenômeno invisível.

2 ESQUECIMENTO DO PARA LÁ DO SER

Em *De outro modo que ser ou para lá da essência*, uma transcendência decorre do *ser* para uma subjetividade que não o encarna mais⁷, pois se encontraria em um tempo anterior, passado imemoral, "situando-se" – note-se, desde já, a dificuldade do dizer – para além do tempo cronológico: aberta para a alteridade radical, a subjetividade não pode ser reduzida ou apoderada pelo *ser*.

Para expressar a diferença, inclusive temporal, em relação ao exposto em *Totalidade e Infinito*, Levinas adota o termo *Autrement qu'être*, que na tradução para o português se converteu em *De outro modo que ser*. O incômodo surgido tanto pelo uso do advérbio, quanto pelo uso do *que* substituindo a preposição, sobre o que deveria mais facilmente ser compreendido por *outro modo de ser*, não é ignorado pelo autor. “O outro sintagma [*Autrement qu'être*] não é absolutamente [conhecido] e, que eu saiba, ninguém antes de Levinas havia falado em ‘autrement qu'être’” (Narbonne, 2006, p. 69, interpolação e tradução minha). Na língua francesa, “Autrement être” seria um sintagma aceito para evidenciar um “ser de outra maneira”, retomando o sentido adverbial que se coloca na obra, mas que, colocado assim, não vai além, como expressa o segundo sintagma do título “para lá da essência” [*Au-delà de l'essence*]. Sua decisão pelo termo explicita gramaticalmente a dificuldade em *Dizer* uma subjetividade que não se encontra em presença. Recorro à explicação de Martina Korelc a respeito desse esforço em direção à transcendência do sujeito que passa *para lá do ser*:

A transcendência, portanto – é de transcendência que se trata, do Infinito – não pode mais ser compreendida em termos de ser, como “ser de outro

⁶ Como comentado pelos membros do CEBEL (Centro Brasileiro de Estudos Levinasianos), no primeiro encontro do grupo de estudos sobre a obra realizado em 2023.

⁷ Há uma discussão se este livro seria uma reformulação da subjetividade ética elaborada no primeiro. Adoto a posição de Jacques Derrida, para quem “[o desenvolvimento da subjetividade ética em *De outro modo que ser ou para lá da essência*] não contradiz o que liamos em *Totalidade e Infinito*” (Derrida, 2008, p. 78).

modo”, [...] nem se trata de não-ser, porque o ser engloba e domina o não-ser, a dialética da positividade e negatividade, no interior da qual não há possibilidade do outro (Korelc, 2006, p. 273).

Transcende-se, portanto a *um outro modo que ser*. E como isso ocorre? Levinas relata uma deposição do *ente*, aquele que começava inicialmente fruindo as coisas em *Totalidade e Infinito*. Esta ação, que só acontece em *De outro modo que ser ou para lá da essência*, consiste em depor o ente em *Si*, provocando uma expulsão para fora do *ser*, o que acaba por compelir o *em si* a buscar um exílio. A expulsão apela à expropriação porque ocorre “[...] na medida em que ela me intima antes que eu me mostre antes que eu me instale: sou intimado sem recurso, sem pátria, reenviado já a mim mesmo, mas sem poder manter-me em mim – constrangido antes de começar” (Levinas, 2011, p. 118).

Ao desdobrar essa afirmação, o movimento de sair de si mesmo, com a abertura e recepção ao Outro, demanda que as propriedades do *ser-da-posse* sejam doadas. Não há mais recurso, não há mais pátria, há expropriação advinda de uma des-identificação consigo mesmo. Quando sucede a deposição do ente – e isso não vem por acaso, o Infinito Outrem chega de cima e afeta o *ente* ou o *ser-da-posse* (Levinas, 1980, p. 152) –, cai com ele o sujeito soberano.

A expulsão de sua casa realiza-se em meio a uma acusação, uma perseguição de outrem⁸, que tenta abrir a interioridade à exterioridade – dado que a crítica levinasiana se dirige à auto-afecção pura – e, em seguida, a acusação exige a destituição do imperialismo dominador do Eu até ser empurrado à sua pele, oferecendo-se ao outro como àquilo que a fere. Devolve-o, assim, à sua atividade primeira – a sensibilidade –, perdida no ato da intencionalidade redutora. O sujeito ao ser acusado – do que fazem ou sofrem os outros ou responsável pelo que eles fazem ou sofrem (Levinas, 2011, p. 128) –, perseguido, recorre-se a *Si* e chegamos ao momento em que ele perde todos os predicados, a sua

⁸ “[...] o outro não é o outro porque fira e limite a minha liberdade, mas na qual ele pode acusar-me até à perseguição porque o outro, absolutamente outro, é outrem”. (Levinas, *De outro modo que ser ou para lá da essência*, p. 141). Outrem para Levinas é o que chamamos de *próximo*. Há diferenças sobre seu sentido nas duas obras aqui comentadas, até porque elas se colocam em diacronia, tendo impactos, inclusive, na configuração de uma antropologização do Infinito, mais presente em uma do que em outra (no caso em *Totalidade e Infinito*). Mas como penso, seguindo Derrida, a continuidade, ao invés de uma ruptura das obras, não iremos abordar diretamente essas diferenças aqui e manteremos o que lhes é comum, como por exemplo, a anterioridade de Outrem, sua infinitude e absolutidade; e observaremos como, agora, a separação terá, em *De outro modo que ser ou para lá da essência*, por meio da proximidade, uma tensão maior quando a alteridade é gestada no próprio corpo mais do que recebida em sua própria casa.

própria pátria, sente-se abandonado: uma subjetividade exilada que não pode *ser* nem, portanto, possuir.

Declarar que a doação das posses ocorre simultaneamente à des-identificação, isto é, ao movimento de saída de si mesmo; isso também quer dizer que, na ocasião em que o *ente* deposto transcende ao exílio, um passado imemorable se revela, onde esse *si* "[...] não-se-situa [...]" – por isso "[...] antes que me mostre, antes que me instale [...]" constrangido antes de começar [...]" – cujo estatuto não deve ser de um tempo que "[...] se situe atrás, demasiado longe, mas porque o si mesmo, incomensurável com a consciência que se iguala sempre, não está ‘feito’ para o presente. O si mesmo, desigualdade em relação a si, déficit em ser [...]" (Levinas, 2011, p. 123) é resultado de uma intimação anterior ao tempo da mostração do ser. Por esse motivo, não se mantêm em si porque nunca se iguala a si mesmo. Essa diferença se perfaz temporalmente. A transcendência, por isso, leva para antes da origem, a um passado "irrepresentável", "que não seria possível recordar". À esse mergulho "[...] nas raízes da estrutura relacional da constituição da subjetividade para além da mera identidade psíquica [...]", como bem condensa Ricardo Timm de Souza (2017, p. 582), Levinas intitula *diacronia*: um lapso⁹ de tempo perdido que não pode ser reencontrado na memória, ou seja, inapresentável. Ao indicar esse lapso, ele expõe o desvio a si mesmo, pois "[...] falar em consciência, é falar em tempo" (Levinas, 2011, p. 55).

Entretanto, *não é qualquer desvio que promete a des-identificação*. A associação, nessa passagem, entre tempo e consciência, remete, por exemplo, a um tempo recuperável. Se, de uma parte, a mostração do ser, de acordo com Levinas (2011, p. 50), já indica um defasamento devido a impossibilidade da totalidade do *ser* se mostrar a si mesma a todo momento; por outra, o afastamento transcorrido não provoca a revelação de um tempo *para lá do ser*. Isso porque a retenção – que também pode ser considerada uma distância em relação ao presente – recupera qualquer tempo perdido, restituindo a totalidade: "[...] o Mesmo encontra o Mesmo modificado, a consciência é isso mesmo. Estes reencontros são identificação" (Levinas, 2011, p. 58). O obstáculo permanece na modificação que não altera a identidade, ao invés, esta perdura "[...] variando na sua

⁹ "O lapso de tempo é também irrecuperável, refractário à simultaneidade do presente, irrepresentável, imemorial, pré-histórico. [...] O imemorial não é o efeito de uma fraqueza de memória, de uma incapacidade de transpor os grandes intervalos de tempo, de ressuscitar passados demasiados profundos. É a impossibilidade para a dispersão de tempo, de se reunir em presente" (Levinas, 2011, p. 59).

identidade e idêntica na sua diferença" (Levinas, 2011, p. 55). O reencontro ocorre entre aquilo que se mostra e a visada que o preenche. Se há um afastamento aí, na verdade, este compete ao da re-presentation, ao pôr em presença novamente, um recomeço do presente, aos moldes da retenção e protensão husserliana.

Por outro lado, ao propor a *diacronia*, Levinas desafia ir mais além nesse defasamento. Ao retirar a dependência da subjetividade em relação ao *ser*, anunciando um ser ético para lá de um *ser-da-posses*, abandonando a subjetividade para que ela não se recupere encerrada no próprio egoísmo das posses, expia o *ser* em prol da solidariedade. Importante pontuar que não se trata de uma ideia a ser alçada. Levinas não está teorizando sobre o que deve ser porque ele revela o que já estava lá ainda que esquecido. *O esquecimento de um ser oferecido ao outro quando este o acusa reenvia à ética, à solidariedade, como comunicação de um-para-o-outro*: "A relação com o não-eu precede qualquer relação do Eu consigo mesmo. A relação com o outro precede a auto-afecção" (Levinas, 2011, p. 135). Isto é, antes do sujeito se fechar para o outro, havia a abertura da subjetividade à recepção da alteridade radical, uma interpelação do outro que exige uma relação em que a subjetividade suporta como "um-penetrado-pelo-outro", como "um-devotado-a-dar" (Levinas, 2011, p. 70).

Dois pontos importantes aparecem aqui para o que pretendemos defender: 1) o esquecimento da retirada a *Si* que reenvia à 2) doação de um sujeito que dá, inclusive, as condições de um *ser-da-posses* em presença. No que tange ao deslocamento ao passado imemorable, uma possibilidade de interpretação é buscar o messianismo judaico, no qual Levinas nitidamente se inspira ao mencionar o exílio, para discutir o que não se repete em presença¹⁰. No entanto, como o objetivo principal é apresentar a relevância da experiência maternal desta subjetividade, aquela que doa o pão de sua boca, para a constituição do sujeito autônomo, escolhi seguir, nesse aspecto, a perspectiva de Lisa Guenther (2006), para quem o imemorable que se relaciona ao pré-originário – aquilo que não se pode representar – concerne ao esquecimento do próprio nascimento do ser.

3 SUBJETIVIDADE COMO CORPO MATERNAL

Se em *Totalidade e Infinito* Outrem vem de cima demandando as posses do sujeito acolhido em sua própria casa por uma mulher não proprietária, reenviando-o ao passado

¹⁰ Cf. Piazzolla, 2023 e 2024c.

imemorável, no qual o sujeito se exila para doar o que possui e acolher o chegante; esta hospitalidade se faz no momento mesmo em que a subjetividade acusada, por meio da reflexão a si, empurra-se até à sua pele. Lisa Guenther chama atenção para o espaço que se cria nesse movimento: mais do que fornecer um lugar, a subjetividade mesma se converte na habitação (Guenther, 2006, p. 96). Torna-se, assim, nos termos de Levinas, vulnerável ao outro porque exposto à perseguição em sua própria casa, que passa a não ser mais sua.

A transcendência ao *outro modo que ser*, da qual sobrevém o acolhimento ao outro, não é exatamente uma escolha de quem hospeda: o sujeito foi expulso. No entanto, nesta situação não convém falar de violência, uma vez que, para Levinas, ela seria ontológica: “[...] somos vulneráveis e por isso podemos ser explorados e não nos tornamos vulneráveis após sermos explorados” (Levinas, 2011, p. 76). A vulnerabilidade é a maneira pela qual o ser não consegue negar a alteridade radical, impossibilitada de se tornar objeto, e, por isso, quem hospeda se responsabiliza eticamente por outrem quando é devolvido à sua sensibilidade não conceitualizável, a qual o sujeito expectador não é capaz de significar:

[...] a sensibilidade enquanto vulnerabilidade, significa, é reconhecer um sentido noutro lugar que não na ontologia, e mesmo subordinar a ontologia a esta significação de para lá da essência. A imediatez, à flor da pele, da sensibilidade – a sua vulnerabilidade – encontra-se como que anestesiada no processo do saber (Levinas, 2011, p. 83).

Embora a sensibilidade possa se manifestar enquanto objeto, sua objetificação faria com que seu sentido próprio fosse perdido (Levinas, 2011, p. 84), pois há uma significação, poderíamos dizer, invisível ao sujeito vidente. Uma significação pré-original à origem da filosofia que se pergunta pelo aparecer do objeto. Levinas toma a “consciência de...” husserliana como paradigma da origem da filosofia para questionar se “[...] a manifestação *funda* tudo aquilo que se manifesta [...]” (Levinas, 2011, p. 86), pois este ato ignora os resíduos que se revelam na traição do aparecer. O autor, então, sugere o exercício de pensar a satisfação da fome como exemplo do que excede a tematização. A satisfação de comer um alimento, ou seja, a fruição¹¹, passa por cima de qualquer imagem, reflexo ou representação: “O sabor, enquanto preenche uma fome, o

¹¹ A noção de *fruição*, em *De outro modo que ser ou para lá da essência*, está mais relacionada à ética e ao próximo (outro), a quem damos de comer, do que em *Totalidade e Infinito*, quando se relacionava à constituição de um eu separado, não ético ainda. Reitero que não desenvolveremos aprofundadamente estas diferenciações no âmbito deste trabalho. Para tanto, cf. Sandford, 2001.

sabor enquanto saciedade, é ruptura da forma fenômeno que desaparece” (Levinas, 2011, p. 91).

Levinas reitera que a sensação gustativa não deve ser equiparada ao consumo mecânico-físico ou biológico, nem ao vazio preenchido pela consciência ou mesmo a uma constituição idealista. “O sabor é a ‘forma’ de acordo com a qual o sujeito sensível se faz volume, [...] acontecimento onde o fenômeno espacial da mordida se faz a identificação chamada eu, onde ele se faz eu pela vida, que vive a sua própria vida num *frueri vivendi*” (Levinas, 2011, p. 92). E, então, anuncia a dupla referência do movimento de “nutrir-se”: tanto uma fruição que satisfaz um eu no seu próprio egoísmo, encontrada em *Totalidade e Infinito*, quanto uma fruição da fruição, aquela que se satisfaz com o processo da satisfação, um satisfazer-se que é antes de qualquer reflexão e, também, de qualquer identificação do eu que frui.

A *fruição da fruição*, diz Levinas, faz-se pela paciência de satisfazer-se. Essa satisfação não é senão a doação do que se frui ao outro, “uma mão que dá até o pão arrancado de sua boca”. Isso se justifica na impossibilidade da sensibilidade, que se revela como excesso da representação, significar mais uma vez a sua própria identificação ou refletir novamente no espelho o ser-da-posesse. O excesso da fruição da fruição já não consiste mais no sentido do gozo, mas da “iminência da dor” (Levinas, 2011, p. 76), no momento em que arranca o pão à sua boca para dar ao outro. As posses doadas, não mais advindas do trabalho – graças à subjetividade ter sido expropriada com a deposição do sujeito soberano –, são doadas por quem não possui nada a que se possa dar o nome de “posse”. Este dar de si, dar mais do que possui para alimentar o outro, interrompe o “para si”, o “prazer”, em virtude da seriedade de nutrir a fome do outro com o próprio jejum (Levinas, 2011, p. 76).

Lisa Guenther (2006, p. 06) atenta para a generosidade que daí deriva: não seria motivada pela particularidade da experiência histórica da mulher incarnada como mãe? A alusão não é indireta. O autor emprega a noção de *maternidade* para analisar a sensibilidade: “[...] na sua significação pré-natural até o Maternal onde, em jeito de proximidade, a significação significa antes que se crispe em ‘*perseverança no ser*’.” (Levinas, 2011, p. 87). Consciente, Levinas evoca a maternidade com objetivo de sugerir o “[...] sentido próprio do si mesmo. O si mesmo não pode fazer-se, ele já está feito de passividade absoluta” (Levinas, 2011, p. 121).

Ele relaciona, assim, a passividade à paciência por um ato que não se direciona ao outro pela intencionalidade, ou seja, por meio da atividade da consciência. A maternidade, portanto, é o si-mesmo na medida em que remonta à sensibilidade primeira, à paciência da doação de si, e, por isso, é também suporte ao outro na própria pele quando a subjetividade se exila. Nesse sentido, Cristina Beckert (2010) estava correta ao se referir à maternidade como a melhor metáfora para o acolhimento do outro:

[a maternidade] suporta e carrega o outro, numa proximidade que é contato anterior a toda decisão de entrar em contato. [...] A gestação do outro no mesmo simboliza o primado incontestável do sensível, entendido como marca indelével da alteridade – num plano prévio à tomada de posse de si pelo eu (Beckert, 2010, p. 243).

A gestação do outro, o acolhimento da alteridade no espaço da habitação – que é o próprio sujeito transformado, por meio da transcendência, em uma subjetividade qualificada maternalmente –, acontece no momento em que há interiorização da exterioridade em si: “A interioridade não é um lugar secreto, situado algures de mim; ela é essa inversão na qual o eminentemente exterior – precisamente em virtude desta impossibilidade de ser ‘contido’ e, por conseguinte, de entrar em um tema – a faz [...] pela minha própria voz” (ligeiramente modificado, Levinas, 2011, p. 162). A transcendência se encarrega de interiorizar o outro em si e nenhuma outra metáfora pareceu mais conveniente para dizer a – nova e esquecida no passado imemorial – subjetividade como alteridade-no-mesmo do que a gestação ou um “psiquismo como um corpo maternal” (2011, p. 86).

No entanto, ressalta Guenther, o interesse de Levinas estava orientado para a ética (2006, p. 97). Ao invés de discutir especificamente a experiência da mulher, ele se utilizou da experiência do corpo maternal para dizer a dor, a expiação, a generosidade, como motivação para revelar uma subjetividade heterônoma e capaz de solidariedade. Embora este emprego da maternidade tenha gerado e ainda gere, por parte de várias teóricas feministas, uma leitura androcêntrica, tão possível de ser realizada como as já praticadas em *Totalidade e Infinito*, essas qualificações compreendem mais do que aspectos da privação da mulher. Elas envolvem, como analisa Magali Menezes (2003, p. 192), “a desapropriação” do Eu, o “sentido ético do para-o-outro”, a própria “condição humana” que é carregar o outro em seu corpo. Ao desapropriar a identidade do sujeito e o direcionar à alteridade, o tempo maternal, diz a autora, marca um tempo de indecisão

onde não é preciso nomear ou ter um nome. Ela se refere ao passado imemorável, no qual o excesso de sensibilidade extrapola o conceito invisível ao sujeito expectador. Desta forma, o nascimento é que traz a identificação e o nome para o sujeito, enquanto seu nascimento *latente*, diz Levinas, está ao lado da significação da sensibilidade: “Nascimento do sujeito no sem-começo da anarquia e no sem-fim da obrigação” (Levinas, 2011, p. 155).

4 O NASCIMENTO DO SUJEITO AUTÔNOMO

Acredito que a autora que melhor potencializou o argumento do nascimento na obra de Levinas foi Lisa Guenther em *The gift of the other: Levinas and the politics of reproduction* (2006). Nesta obra ela empreende uma leitura da ética levinasiana que acarreta aberturas importantes para se pensar a experiência maternal, cujas implicações chegam até a ética aplicada. Gostaria de destacar, neste momento, sua contribuição, desde uma fenomenologia crítica, para a invisibilidade de certos fenômenos que tomam o nascimento do do sujeito por ponto zero e esquecem sua latência.

“Nascer [...]”, diz Guenther, “[...] é em certo sentido, esquecer o próprio nascimento” (2006, p. 1). Com as mesmas qualificações do passado imemorável cunhado por Levinas, o nascimento de uma criança, por exemplo, exigiria testemunhas de seu próprio acontecimento. Essa dependência se desdobra para além deste momento, porque abrange tanto o período anterior no qual o feto ainda não nasceu, quanto o posterior, no qual as condições de sobrevivência da criança, embora sejam negligenciadas a favor do “*self-made man*”, carecem de cuidado. Guenther, ao se debruçar sobre a experiência maternal para além do interesse ético de Levinas em maternalizar a alteridade, dispõe da diacronia do autor para pensar as diferentes temporalidades da existência do ser. Para tanto, ela explora a anarquia do nascimento sugerindo uma fenomenologia da qual o fenômeno quase não aparece: a gestação da criança e da gravidez da mãe (Guenther, 2006, p. 99). Ela separa, assim, estes dois pontos de vistas que deverão se encontrar no mesmo espaço em diferentes tempos.

Vejamos como isso ocorre. Na fenomenologia da gestação, do ponto de vista da criança, ela se desenvolve no espaço do outro – chutando e pressionando as costelas da mãe – num passado anterior à sua capacidade de representação e do qual não terá nenhuma memória. Na morada do outro, ela ainda não tem sua identidade reconhecida

como pessoa e precisa receber nutrientes para que seu futuro seja possível. Por sua vez, na fenomenologia da gravidez, a mulher, que gesta, hospeda em seu próprio corpo um estrangeiro que nunca viu e de quem é mais próxima. No que diz respeito às experiências dessas temporalidades, a criança já “é” mesmo que não tenha nascido e “ainda não é” enquanto se conserva no útero; já a mãe passa pela inesperada interrupção de sua presença, porque quem é acolhido ainda “não está lá” e “está-por-vir” (Guenther, 2001, p. 100). Inclusive, a autora critica o termo *expectativa*, maneira pela qual se descreve a espera da vinda do nascituro porque ela é inesperada no sentido do estrangeiro nunca ser totalmente conhecido, enquanto se responsabiliza por seu futuro que não lhe pertence.

A despeito de ambas as temporalidades excederem a representação, o passado imemorable da criança não deve ser confundido com a interrupção da presença que ocorre com a mãe durante a gravidez. Até porque esta habita o tempo da presença interrompido. É a própria identidade da mulher que se altera nesse instante: seu corpo não é seu ainda que continue sendo seu. Desse modo, o feto passa a ter preponderância no passado imemorable, momento no qual sua gestação é anterior à consciência ao mesmo tempo que o corpo grávido habita o tempo da representação, onde acontece o nascimento, que interrompe a identidade da mulher, esta que ao dar tempo àquele que nasce, também, ela mesma nasce como mãe.

Nessa dupla fenomenologia, o que aparece com as temporalidades que não veem à presença é que cada uma, a seu modo, *habitando o mesmo espaço em tempos diversos*, revela a invisibilidade da outra. “Nós podemos ver a mulher, mas não a criança na mulher, nós podemos ver a criança somente fazendo desaparecer virtualmente a mulher, como na tela de uma máquina de ultrassom” (Guenther, 2006, p. 101, tradução minha).

É interessante esse deslocamento no qual Guenther se arrisca, porque ela não nega a habitação do tempo da representação da mãe, enquanto elenca todas suas qualidades: ela carrega o outro não presente em seu ventre, responde às demandas de um outro que ainda não falou; ela sente o outro que não pode ver, em sua espinha dorsal, em sua pele; e, embora, não haja espaço para o outro, na gravidez o corpo contrai-se para abrir as portas e janelas a fim de hospedar o outro em si. Todas essas características não seriam as mesmas da subjetividade como um corpo maternal do passado imemorable?

Se a subjetividade maternal pode ser considerada invisível e esquecida no passado, a mãe em presença torna-se invisível quando toda sua experiência é obliterada pelo sujeito

que nasce dela e, logo em seguida, se afirma autônomo; bem como, por outra visada e simultânea quando o interesse se volta apenas para o feto, enquanto este ainda permanece dentro de seu ventre, ela também tem seu tempo interrompido por um passado e futuro que se abrem à sua frente e aos quais ela não controla, nem sequer o seu próprio esquecimento como geradora do ser.

Como Guenther não é exatamente uma crítica ferrenha de Levinas, ela considera suas contribuições éticas importantes, reconhecendo na invisibilidade, *se no tempo imemorável*, uma forma de se doar ao outro. Por isso, de uma parte, seu objetivo não era trazer necessariamente esses fenômenos para a visibilidade, desde que, assim compreendo seus argumentos, 1) a subjetividade maternal não se restrinja à mulher e 2) seja possível relembrar esse esquecimento de algum modo.

Sobre recair sobre a mulher todos os predicados da subjetividade maternal, Guenther resgata e sublinha o advérbio *como* da afirmação “psiquismo como um corpo maternal”. Indicando, desse modo, a ambiguidade de seu sentido: similaridade, mas, também, desestabilização da identificação entre mulher e mãe e entre mãe e corpo ético materno (Guenther, 2006, p. 96). O “*como*” não quer dizer que apenas mulheres assumem lugar de suporte, pois a possibilidade de se colocar nesse lugar pelo *modo*, ou seja, *da mesma maneira que*, viabiliza que homens e mulheres, e qualquer identidade de gênero, possa suportar o outro em sua própria carne.

Sobre relembrar a mãe esquecida, diferentemente da paternidade de *Totalidade e Infinito* que mantinha a continuação do Mesmo no filho (Levinas, 1980, p. 262), a subjetividade maternal interrompe a repetição do ciclo do Mesmo, afinal, a gestação em si da alteridade radical impossibilita uma reprodução da identificação. Na verdade, há aqui um deslocamento interessante que ocorre em relação à paternidade, na qual o pai se vê no filho, mesmo que este seja exterior ao pai; uma vez que o corpo grávido doa-se ao outro até deixar de ser seu sem simplesmente deixar de ser. Este “sem deixar de ser” é justamente o impeditivo de negação da existência da mulher, que pode inclusive dizer não à hospedagem do outro em si na temporalidade da presença¹². Isto é, não se trata de uma imposição da expiação ao outro, mas de suportar o outro como obrigação. O que a subjetividade maternal diz é que essa doação não precisa retornar para si mesmo: a

¹² Para uma compreensão ética sobre aborto a partir das obras de Emmanuel Levinas e Lisa Guenther cf. Piazzolla, 2024b.

expropriação das posses é generosidade anônima. Por isso, relembrar o esquecimento é continuar o ciclo de doações ao estrangeiro, doar a quem não se conhece o pão que recebeu arrancado da boca da subjetividade maternal, arrancar o pão de sua boca e suportar Outrem sem esperar recuperar o que foi doado, responsabilizando-se pelo outro que *não lhe pertence de modo algum*. Nessa passividade, a autonomia do sujeito permanece ao mesmo tempo que dá condições para autonomia de outros, reconhecendo-se fruto da invisibilidade de doações anteriores à própria consciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo: fatos e mito*. Trad. Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BECKERT, Cristina. Lévinas e a alteridade no feminino. In: FERREIRA, Maria Luísa (org.). *O que os filósofos pensam sobre as mulheres*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, pp. 237-249. 2010.
- DERRIDA, Jacques. *Adeus a Levinas*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- GUENTHER, Lisa. *The gift of the other: Levinas and the politics of reproduction*. Albany: State University of New York Press, 2006.
- IRIGARAY, Luce. The Fecundity of the Caress: a reading of Levinas, Totality and Infinity, "Phenomenology of Eros". In: *An ethics of sexual difference*. New York: Cornell University Press, 1993.
- KORELC, Martina. O problema do ser na obra de E. Levinas. Porto Alegre, 2006. 371 p. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica-RS.
- LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- LEVINAS, Emmanuel. *Le Temps e l'autre*. Paris: PUF, 1983.
- LEVINAS, Emmanuel. *De outro modo que ser ou para lá da essência*. Lisboa: Centro de Filosofia da Faculdade de Lisboa, 2011.
- MENEZES, Magali Mendes de. A maternidade como expressão da subjetividade na obra de Emmanuel Levinas. *Revista Perspectiva Filosófica*, vol. x, n. 19, pp. 171-194, Jan-Jun. 2003.
- NARBONNE, Jean-Marc. De l' "au-delà de l'être" à l' "autrement qu'être" le tournant levinassien. *Cités*, Paris, v. 25. pp. 69-75. 2006.
- PIAZZOLLA, Mariana Di Stella. O silêncio necessário para o recolhimento: a mulher no limiar entre ser e não-ser. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 118-129, 2021.
- PIAZZOLLA, Mariana Di Stella. *Hospitalidade oferecida pelas lágrimas da cega: Jacques Derrida e a habitação do feminino*. São Paulo, 2023. 256 p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PIAZZOLLA, Mariana Di Stella. Expropriação do feminino: uma nova maneira de habitar. *Revista Ítaca*, Rio de Janeiro, n. 41, v. 2, pp. 87-104, 2024a.

PIAZZOLLA, Mariana Di Stella. Subjetividade maternal e o direito a interromper a gravidez. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 13* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2024b.

PIAZZOLLA, Mariana Di Stella. Expropriação hoje: o fantasma do feminino. IN: AMITRANO, Cristina Georgia; SANTOS, Magda Guadalupe dos; RANGEL, Marcelo de Mello; HADDOCK-LOBO, Rafael (orgs). *Ensaio de Alteridade e Desconstrução*. Toledo, Instituto Quero Saber, 2024c.

SANDFORD, Stella. Masculine Mothers? In: CHANTER, Tina (org.). *Feminist Interpretations of Emmanuel Levinas*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2001.

SOUZA, Ricardo Timm de. Levinas e Adorno - apontamentos sobre uma "filosofia judaica". *Revista Estudios*, Universidad de Costa Rica, San Pedro, n. 34, pp. 849-866, Jun. 2017.

Recebido em: 05/12/2024 | Aprovado em: 09/07/2025